



von Randow
— ADVOGADOS —

À SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO – MG.

Rua Marinho Carlos de Souza, 05, Centro, Divino - MG.

ASSUNTO: RAZÕES DE RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2023: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

OBJETO: O objeto desta licitação é a seleção de empresa do ramo de construção civil para execução de serviços de Construção de Centro de referência em Educação e Cultura, conforme projetos básicos e planilhas anexas.

NILSON ROMUALDO FREIRE, pessoa jurídica registrada no CNPJ de n. 35.873.034/0001-75, com sede em Av. Teófilo Tostes, n. 375, 1º andar, Centro, da cidade de Manhumirim/MG, CEP: 36.970-000, representada por seu proprietário **Sr. Nilson Romualdo Freire**, brasileiro, empresário, casado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 031.880.586-32, vem respeitosamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que inabilitou a recorrente, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.

Requer o processamento do presente recurso, com sua remessa à autoridade competente, para que proceda ao seu julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Manhuaçu, 23 de maio de 2023.

NILSON ROMUALDO FREIRE
35.873.034/0001-75

Documento assinado digitalmente
gov.br NILSON ROMUALDO FREIRE
Data: 23/05/2023 19:03:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



von Randow
— ADVOGADOS —

DAS RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: NILSON ROMUALDO FREIRE

À SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO – MG.

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do d. pregoeiro, a recorrente apresenta as razões pelas quais a decisão de inabilitação desta recorrente foi equivocada, merecendo, pois, os devidos reparos.

I – DA SÍNTESE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de certame cujo objeto consistiu na seleção de empresa do ramo de construção civil para execução de serviços de Construção de Centro de referência em Educação e Cultura, conforme projetos básicos e planilhas anexas.

Ocorreu que o Ilmo. Pregoeiro optou por declarar inabilitada a empresa NILSON ROMUALDO FREIRE, informando que:

- (i) a recorrente deixou de apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC;
- (ii) a recorrente deixou de apresentar a Declaração de Concordância com o Edital;
- (iii) a recorrente deixou de apresentar a Prova de Regularidade junto ao FGTS.

Todavia, com o máximo respeito, a recorrente passará a demonstrar que as justificativas utilizadas para a sua inabilitação não possuem qualquer fundamento.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Consonante o Edital do Processo, no item 14.2, “das decisões da Administração caberão recursos administrativos nos termos de que dispõem os artigos. 109 e 110 da Lei 8.666/93”. Estes por sua vez dispõe o seguinte:

Documento assinado digitalmente
gov.br NILSON ROMUALDO FREIRE
Data: 23/05/2023 19:02:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: a) habilitação ou **inabilitação** do licitante.

Sendo assim, tendo em vista que a data da publicação do ato que inabilitou o recorrente foi em 18/05/2023, o presente recurso é tempestivo.

Documento assinado digitalmente
gov.br NILSON ROMUALDO FREIRE
Data: 23/05/2023 19:00:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

III – DO MÉRITO

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE JUNTADA DE NOVOS DOCUMENTOS

Em primeiro lugar, ressalta-se que a Nova Lei de Licitações trás no bojo de seus artigos, a possibilidade, após a entrega dos documentos para habilitação, de **apresentação de novos documentos** em sede de diligência. Vejamos:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Ressalta-se que a redação do caput, quanto a vedação de apresentação de novos documentos, **NÃO** alcança documento **ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta**, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Nesse diapasão, convém argumentar que o edital de licitação visa **assegurar a contratação da proposta mais vantajosa** para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos dos princípios da Administração Pública e da Nova Lei de Licitações. Nesse interim, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas, **uma vez que visem a sua finalidade, deve evitar formalismos que não contribuam para a ápice do objetivo.**

Nesse sentido, há de se considerar a possibilidade de inclusão de novos documentos deslumbrando, sobretudo, que o ato de entrega dos documentos para habilitação configura **uma mera formalidade**, o que, por sua vez, esbanja como consequência direta **a viabilidade de ser juntado um documento novo para certificar uma situação pré-existente à licitação.**



Sendo assim, até mesmo para garantir o interesse público, **DEVE SER CONCEDIDA A OPORTUNIDADE PARA SANEAR OS DOCUMENTOS DOS LICITANTES**, inclusive os para habilitação, prevalecendo o almejado resultado do processo licitatório.

Inclusive, o § 1º do artigo 64 da Lei de Licitações, prevê que a própria comissão de licitação, na análise dos documentos de habilitação, *“poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica”*.

Não obstante, o entendimento recursal também é o consolidado pelo próprio Tribunal de Contas da União (TCU), que, pelo acórdão 1211/2021 – Plenário, permitiram a juntada de documentos novos:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, **a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)**. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), **não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro**.

Sendo assim, mostrando-se plenamente possível a apresentação de novos documentos, almejando o alcance da finalidade do processo licitatório em questão e, ainda, para contribuição do interesse público, passa-se a expor.

III.2 CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC

Documento assinado digitalmente
gov.br NILSON ROMUALDO FREIRE
Data: 23/05/2023 18:58:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Quanto a ausência do CRC, o TCU já se posicionou – pelo acórdão 2857/2013 – ser **“ilegal a exigência, como documento de habilitação, de certificado de registro cadastral (CRC)”**. Isso porque a faculdade legal de apresentação do CRC não pode se converter em obrigação, de forma a restringir a competitividade dos certames ao conjunto de empresas cadastradas.

Inobstante a isso, o fato é que a recorrente possui certificado de registro cadastral, sendo esses existentes à época da abertura do certame, mas por um descuido não apresentou o referido documento quando da entrega da sua habilitação, o que não o deve impedir de concorrer no processo licitatório em razão do interesse público, sobretudo em razão da razoabilidade e proporcionalidade, portanto, pelas razões citadas nesse tópico e no tópico anterior, requer que seja juntado o documento de Registro Cadastral – CRC do recorrente, o qual segue em anexo.

Diante disso, **NÃO CONSTITUE MOTIVO SUFICIENTE PARA DESCLASSIFICAÇÃO.**

III.3 DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL



Documento assinado digitalmente
NILSON ROMUALDO FREIRE
Data: 23/05/2023 18:57:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Conforme mencionado, o § 1º do artigo 64 da Lei de Licitações, prevê que a própria comissão de licitação, na análise dos documentos de habilitação, **“poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica”**.

No entendimento desse artigo, portanto, o Pregoeiro pode se utilizar da diligência para sanar erros, desde que não alteram a substância das propostas, como é o caso. Isso porque, caso contrário, poderá contratar outro Licitante, muitas vezes com preços muito superiores, deixando de atender a **finalidade licitatória e o interesse público**.

Assim, quanto ao documento de Declaração de Concordância com o Edital é até mesmo desproporcional a punição de desclassificação por ausência desse documento, podendo ser tratado como formalismo desnecessário, **sobretudo quando a própria comissão poderia ter sanado esse erro**, por exemplo, por meio de uma declaração de próprio punho do recorrente.

Ainda, no mundo dos fatos é incontroverso que **a recorrente concorda com o presente edital, tanto é que participou do processo licitatório**.



Diante disso, novamente, há de frisar que erros formais não essenciais **NÃO CONSTITUEM MOTIVO SUFICIENTE PARA DESCLASSIFICAÇÃO**, sob pena de descumprimento do princípio da razoabilidade.

III.4 PROVA DE REGULARIDADE JUNTO AO FGTS

Quanto a prova de regularidade fiscal junto ao FGTS, ressalta-se novamente o § 1º do artigo 64 da Lei de Licitações que prevê a possibilidade de o Pregoeiro sanar os vícios e falhas decorrentes, inclusive quanto a regularidade fiscal.

Sobre isso, o TCU se posicionou, no sentido de que pode ser realizado **a consulta a sítios públicos onde constem os documentos como à regularidade fiscal e trabalhista, isto é, o FGTS**, pelo Acórdão 1211/2021-Plenário do TCU – data da sessão 26/05/2021, Relator Walton Alencar Rodrigues:

ACÓRDÃO 1211/2021-PLENÁRIO DO TCU. As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo [...] sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.

Em consonância, o Decreto n. 10.024/2019, assegura pelo artigo 26 § 2º que “**os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf** e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos”, o que engloba o documento aqui discutido.

Novamente, **NÃO CONSTITUE MOTIVO SUFICIENTE PARA DESCLASSIFICAÇÃO** a não apresentação da prova de regularidade fiscal do FGTS, inclusive considerando que a falha poderia ter sido devidamente sanada. Ainda assim, a recorrente junta, em anexo ao recurso, o referido documento para juntada no processo de habilitação.

IV – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer-se:



von Randow
— ADVOGADOS —

a) que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgado provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito para que seja admitida a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, declarando-a habilitada para prosseguir no pleito;

b) que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior.

Nestes termos, pede deferimento.

Manhuaçu, 23 de maio de 2023.

NILSON ROMUALDO FREIRE

CNPJ 35.873.034/0001-75



Documento assinado digitalmente

NILSON ROMUALDO FREIRE

Data: 23/05/2023 18:52:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

CERTIFICADO DE REGISTRO DE CADASTRO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

NILSON ROMUALDO FREIRE

ENDEREÇO COMERCIAL:

Avenida Teófilo Tostes, Nº375. Bairro Centro - Município Manhumirim – MG. CEP36970-000

CNPJ: 35.873.034/0001-75

RAMO DE ATIVIDADE: Construção de edifícios, obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns. Comércio varejista de materiais de construção em geral.

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME: NILSON ROMUALDO FREIRE

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

Rua Benedito Von Ran Dow, nº200. Bairro Alfa Sul, Município Manhuaçu - Minas Gerais, CEP 36904-198

OBSERVAÇÕES:

Contato: NILSON ROMUALDO FREIRE

Telefone: 33 99947-8307 / E-mail: jobterceitizados@outlook.com

Documento assinado digitalmente



NILSON ROMUALDO FREIRE

Data: 19/05/2023 11:24:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VALIDADE DO CADASTRO

Até 12/05/2024

Divino, 12 de maio de 2023

Gabriel dos Santos Alves
Servidor Responsável

Gabriel dos Santos Alves
CPF 136105136-16

NILSON ROMUALDO FREIRE
CNPJ:35.873.034/0001-75
AV. TEOFILO TOSTES, 375 – ANDAR 1 – CENTRO – MANHUMIRIM/MG
CEP 36.970-000

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Manhumirim/MG, 22 de Maio de 2023

À

Prefeitura Municipal de Divino

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Tomada de Preços 003/2023

Prezados Senhores,

A empresa NILSON ROMUALDO FREIRE, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.873.034/0001-75, neste ato representada por NILSON ROMUALDO FREIRE, em atendimento ao disposto no Edital de Tomada de Preços 003/2023, vem perante Vossas Senhorias credenciar o S.r. NILSON ROMUALDO FREIRE, RG nº MG-12.519.603, como representante qualificado a participar de todos os atos relativos à referida licitação, inclusive com poderes expressos para apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 109 da Lei Nº 8666/93.

Atenciosamente.



Documento assinado digitalmente
NILSON ROMUALDO FREIRE
Data: 23/05/2023 19:19:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nilson Romualdo Freire

NILSON ROMUALDO FREIRE
CNPJ:35.873.034/0001-75
AV. TEOFILO TOSTES, 375 – ANDAR 1 – CENTRO – MANHUMIRIM/MG
CEP 36.970-000

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

Manhumirim/MG, 22 de Maio de 2023

À

Prefeitura Municipal de Divino

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Tomada de Preços 003/2023

Prezados Senhores,

A empresa NILSON ROMUALDO FREIRE, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.873.034/0001-75, neste ato representada por NILSON ROMUALDO FREIRE, em atendimento ao disposto no Edital de Tomada de Preços 003/2023, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que concorda com todos itens propostos no edital e em seus anexos.

Atenciosamente.



Documento assinado digitalmente

NILSON ROMUALDO FREIRE

Data: 23/05/2023 19:18:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nilson Romualdo Freire

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Documento assinado digitalmente

NILSON ROMUALDO FREIRE

Data: 19/05/2023 09:21:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 35.873.034/0001-75
Razão Social: NILSON ROMUALDO FREIRE
Endereço: AV TEOFILO TOSTES 375 / CENTRO / MANHUMIRIM / MG / 36970-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/05/2023 a 05/06/2023

Certificação Número: 2023050701171290803453

Informação obtida em 17/05/2023 10:43:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br